

Deficit de confiança



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

Em artigo publicado neste jornal, Luiz Carlos Azedo diz que o presidente Lula aproveitou o pacote de corte de gastos para passar a ideia de ser Robin Hood, cobrando mais imposto de renda de quem recebe acima de R\$ 50 mil e isentando quem recebe abaixo de R\$ 5 mil por mês. A opção demonstra compromisso moral e social do presidente, mas foi equivocada ao apresentá-la na proposta que visava demonstrar seriedade fiscal. Ainda pior, o presidente ignorou que o corte de gastos não tinha função de apenas equilibrar as contas, mas sobretudo de fortalecer um fator fundamental nas economias nacionais contemporâneas: a confiança de agentes econômicos — consumidores, investidores, produtores, distribuidores, poupadores —, simplificada e chamada de mercado.

O deficit fiscal indica o grave problema de falta de recursos para cobrir gastos do Tesouro com os compromissos para fazer funcionar a máquina estatal, mas isso pode ser superado momentaneamente com empréstimos, emissões de moeda ou até com pedadas que jogam o problema agravado para o futuro. Mas a falta de confiança dos agentes econômicos paralisa a economia. Por isso, o governo precisava agir para recuperar a confiança. Lamentavelmente, os políticos próximos ao presidente ainda não entendem que a economia do século 21 tem mais do que os três fatores fundamentais de antigamente — trabalho, capital e recursos naturais. Agora, tem também tecnologia, inovação, educação e confiança.

Nossa economia padece da escassez de quase todos os recursos, mas a falta de credibilidade nas instituições políticas, no marco jurídico, na intervenção governamental e na capacidade de financiamento público afugenta investimentos de médio e longo prazo, adia empreendimentos, aumenta taxa de juros, inflação e desemprego. A escassez de confiança impede o bom funcionamento do sistema econômico e dificulta mobilizar os demais fatores, como inovação, tecnologia, capital, recursos naturais que podem ser obtidos no mundo, quando há confiança.

Foi um erro estratégico dar ênfase ao papel fiscal do corte para equilibrar as finanças sem cuidar do papel mais importante — consolidar a confiança —, e ainda maior erro querer atender às expectativas eleitorais, especialmente do entorno político do candidato em 2026, passando a ideia

de Robin Hood. Com isso, impediu a volta do fator confiança e ainda abalou a credibilidade do principal avalista do realismo econômico, o ministro Haddad, que faz parte dos economistas sensíveis socialmente, comprometidos e responsáveis com a realidade.

Mesmo sendo correto, moral e socialmente, e supondo que o aumento na receita vinda dos que recebem R\$ 50 mil seja aprovada no Congresso e compense a perda pela isenção dos que recebem até R\$ 5 mil, a apresentação das duas medidas juntas depredou o papel fundamental de aumentar a confiança dos agentes econômicos. O governo agiu de forma fiscalista e não estratégica, o que fica claro ao trazer de volta o apresentado termo "pacote", aposentado desde o início do Real e que depreda a credibilidade porque passa a ideia de provisório e impositivo, sem respeitar a realidade econômica.

Mas o momento cronológico não foi o único erro do pacote Robin Hood, houve um erro no momento histórico. O Robin Hood do século 12 tirava bens e dinheiro dos ricos para os pobres. Já o Robin Hood do século 21 precisa levar as crianças dos pobres para a escola dos ricos.

Esse seria o caminho para cumprir o papel moral do governo, porque os mais pobres não se beneficiarão da isenção entre R\$ 2,5 mil e R\$ 5 mil, e esse benefício para a classe média baixa será conjuntural e financeiro, não estrutural e permanente, como seria com uma política de Robin Hood educacional.

Para não corroer o propósito do pacote de confiança, o governo deveria ter aceitado a visão do ministro Haddad e apresentado isenção quando pudesse mostrar resultados positivos do equilíbrio fiscal. Deveria também retomar o programa que iniciou em 2003 chamado Escola Ideal, pelo qual faria o papel do Robin Hood do século 21, oferecendo escola com qualidade federal para todas as crianças. Hoje, o programa deveria ser por cidades — Cidades com Educação Federal — implantadas estrategicamente em ritmo que não afetasse o equilíbrio fiscal.

Está havendo deficit de pensamento estrutural no governo, capaz de pensar estrategicamente; e deficit de comunicação eficiente, capaz de falar o que é preciso, dizer a todos e não apenas à bolha dos apoiadores no curto prazo, em busca de eleitores que logo se afastarão se a economia não reagir bem.

O terremoto de Lisboa de 1755 e a resposta aos extremos climáticos



» GUILHERME VINHAS
Advogado especializado em transição energética e mudanças climáticas

» AMANDA CRUZ
Historiadora e mestre em história

» LEONARDO CAMPOS FILHO
Economista

Em 1º de novembro de 1755, um intenso terremoto atingiu Lisboa, destruindo a maioria de seus edifícios, ruas e praças. Simultaneamente, surgiram inúmeros incêndios. O palácio real desmoronou. D. José I e a sua família sobreviveram porque, nesse dia, estavam no palácio de Belém. Das 40 igrejas de Lisboa, 35 desabaram. Só 3 mil casas permaneceram habitáveis, das 20 mil existentes na época. Cerca de 60 minutos após os abalos, um tsunami atingiu as margens do Rio Tejo, causando a morte de pessoas que buscavam se afastar dos incêndios e desabamentos. O terremoto transformou em cinzas e escombros uma das mais ricas e opulentas cidades do século 18.

A destruição de Lisboa teve um impacto econômico profundo. A infraestrutura da cidade precisou ser reconstruída. Sebastião José de Carvalho e Melo, então secretário de governo do rei D. José I e, posteriormente, conhecido como marquês de Pombal recebeu autoridade total da Coroa para agir e enfrentar as consequências do terremoto. O secretário, com seu time de engenheiros e arquitetos, planejou e executou medidas que se mostraram eficazes para mitigar as consequências do evento.

Primeiro, foram feitos o resgate e a assistência aos feridos e desabrigados, e, em seguida, foram combatidos os focos de incêndio que sucederam o terremoto. Passados os momentos iniciais, a capital do reino português foi reconstruída com um novo plano urbano, que incluía um sistema de drenagem para evitar enchentes. Introduziu-se nos edifícios novos uma estrutura de madeira que tinha o objetivo de reduzir o risco de desabamento por novos terremotos. Pombal organizou, ainda, as fontes de recursos para a reconstrução. Em que pesem as críticas de seus opositores, ao fim, Lisboa se tornou uma cidade mais resiliente e segura para seus moradores.

Apesar dos 269 anos que nos separam do terremoto de Lisboa, a resposta organizada pelo marquês deveria inspirar os atuais governos. Conforme os reiterados alertas dos cientistas, eventos extremos serão mais frequentes e intensos em decorrência das mudanças climáticas. De fato, já vivenciamos essa nova realidade, como demonstram as terríveis enchentes que destruíram mais de 400 municípios no Rio Grande do Sul em maio passado. Os incêndios que assolaram o Brasil meses depois, em boa parte decorrentes de seca aguda, afetaram a economia e a saúde das pessoas. Sem dúvida, não podemos contar com a providência ou a sorte, que o reino português teve ao apostar na diligência do marquês de Pombal para lidar com eventos extremos. O processo e as medidas devem estar fortemente imersos nas atribuições de entes públicos e ancorados em lei.

Em junho de 2024, foi promulgada a Lei nº 14.904, que estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação às mudanças do clima, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade das cidades brasileiras. A lei tem méritos ao incluir a gestão do risco climático nas políticas públicas, bem como nas estratégias de desenvolvimento municipal, estadual, regional e nacional.

Entretanto, ela não estabelece prazo para a elaboração e a implementação dos planos de adaptação. E tal fragilidade se torna mais grave quando a sua execução é lastreada nos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e nos instrumentos previstos na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

O Sisnama é composto por entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como por fundações instituídas pelo Poder Público. Por sua vez, a gestão da PNMC é realizada por um comitê interministerial, o que torna ineficiente a governança da política climática brasileira, como já identificado por diversos órgãos de controle. O problema pode ser endereçado com a indicação de um órgão da Administração para centralizar e orientar a execução da Lei.

Nesse contexto, a anunciada criação da Autoridade Climática é uma boa notícia, se couber a ela executar a PNMC transversalmente aos ministérios do governo federal, o que incluirá a elaboração e a implementação dos planos de adaptação. A Autoridade, com um desenho institucional adequado, representará um avanço na governança climática do país.

Se atualmente não há espaço para o absolutismo pombalino, o senso de urgência e responsabilidade por ele assumido diante dos efeitos do terremoto é um notável exemplo a ser seguido por gestores públicos para que não fiquemos à mercê do acaso ou da providência divina. A centralização da governança do clima em um único órgão da Administração Pública será o primeiro passo nessa direção.



Sem picanha e cervejinha, nem Ozempic. Mas com gordinho no Rio



» MARCELO QUEIROGA
Especialista em cardiologia,
foi ministro da Saúde

As doenças cardiovasculares, segundo dados da World Heart Federation, são responsáveis, anualmente, por mais de 20 milhões de óbitos no mundo. No Brasil, são cerca de 400 mil óbitos por ano. O controle de fatores de risco, como diabetes melito e obesidade, é essencial para o enfrentamento eficiente desse importante problema de saúde pública. O emprego dos agonistas do receptor do peptídeo-1 semelhante ao glucagon (GLP-1), novos medicamentos para diabetes melito e obesidade, tem sido considerado pelos especialistas uma nova fronteira da medicina. As evidências científicas dos seus benefícios são crescentes, incluindo a redução de complicações cardiovasculares.

Desde 2010, essa classe de medicamentos está disponível no Brasil, com a aprovação da liraglutida (Saxenda) para o tratamento do diabetes melito tipo 2 pela Anvisa. Mas, só em 2018, com o registro da semaglutida (Ozempic), usa também para o tratamento da obesidade (off-label), foi popularizada no país. Foi aprovada, recentemente, a tirzepatida (Mounjaro), que parece ser ainda mais eficaz.

A revista Bloomberg Businessweek, em maio de 2023, destacou em sua capa: "As drogas para obesidade podem ser o maior blockbuster da indústria farmacêutica em todos os tempos". Estima-se que as vendas aumentariam em 30 vezes caso um terço dos obesos graves

usem essas medicações, com custo de US\$ 27 bilhões/ano para as seguradoras do Medicare, nos EUA, equivalente a 18,5% dos gastos líquidos com medicamentos. No mundo, as vendas da indústria farmacêutica podem atingir US\$ 150 bilhões/ano (R\$ 870 bilhões), equivalente a mais de três vezes o orçamento do Ministério da Saúde do Brasil.

Com base em estudo apresentado recentemente durante as sessões científicas da American Heart Association e publicado simultaneamente na revista Jama Cardiology, pesquisadores do Centro Médico Beth Israel estimam que mais de 137 milhões de adultos norte-americanos se enquadram em uma das indicações dos análogos da GLP-1, sendo importante "garantir o acesso equitativo a esses medicamentos eficazes, mas de alto custo, bem como apoiar os indivíduos para que eles possam permanecer na terapia a longo prazo". Segundo os autores, isso "deve ser uma prioridade para nossos médicos e formuladores de políticas".

Em 2023, o Ministério da Saúde negou a incorporação da liraglutida 3mg para o tratamento de pacientes com obesidade grave, pré-diabetes e alto risco de doença cardiovascular. Segundo a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), os custos do medicamento suplantam o limiar de custo efetividade previsto pela área técnica, o que acarretaria um gasto incremental, ao longo de cinco anos, de R\$ 12,6 bilhões para tratar um total de 2,8 milhões de pessoas, com variação de R\$ 10,3 bilhões a R\$ 14,5 bilhões.

Os novos agonistas GLP-1 ainda não foram avaliados pela Conitec, mas, diante dos elevados preços de mercados, mesmo com eficácia superior, não se enquadrariam dentro dos critérios econômicos vigentes. Na perspectiva da saúde suplementar, o cenário ainda é mais

intricado, já que a legislação que regula o setor exclui de cobertura os tratamentos domiciliares, exceto os antineoplásicos de uso oral. Portanto, ao contrário do que ocorre no Medicare americano, a cobertura pelas operadoras de planos de saúde dos agonistas GLP-1 no Brasil não é obrigatória.

A indústria farmacêutica inovadora adota como estratégia mercadológica a oferta de medicamentos por preços mais elevados, mesmo que somente uma parcela menor da população tenha acesso, excluindo-se os indivíduos de baixa renda. Acordos de acesso gerenciado, nos quais a indústria aceitar compartilhar risco com os provedores de saúde em face da obtenção de benefícios clínicos, podem facilitar a incorporação dos agonistas GLP-1, a exemplo do que houve em minha gestão no Ministério da Saúde, com a incorporação do zolgensma no SUS, para o tratamento da atrofia muscular espinhal.

Os agonistas GLP-1 são mesmo o assunto do momento, para além dos famosos que fazem uso, foram tema das eleições municipais, já que o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), prometeu disponibilizar a semaglutida na rede pública municipal: "O Rio vai ser uma cidade que não vai ter mais gordinho. Todo mundo vai tomar Ozempic nas clínicas da família". No entanto, como vimos, o tratamento da obesidade é bem mais complexo e multifatorial — depende de dieta saudável e atividade física, além do controle da ansiedade —, tem elevado impacto no orçamento público, mesmo sem incluir na conta a "cervejinha com picanha" prometida pelo presidente Lula, e pode ser equiparável aos gastos no combate à fome no país, ao menos pelo que dependemos das estimativas econômicas para incorporação dos agonistas GLP-1 no Brasil e no mundo.